

A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO: UM RETORNO AOS CLÁSSICOS

*Eliane Tomiasi
Paulino¹*

Embora a questão agrária tenha suscitado um número infindável de obras, ela continua repleta de lacunas, mesmo porquê a ciência alimenta-se do movimento da realidade, sendo esta dinamicidade o motor do aprimoramento científico.

No entanto, em meio à esta dinâmica, onde a velocidade das mudanças é cada vez mais eloqüente, seria um equívoco desconsiderar, ou permitir que caia no esquecimento a contribuição de alguns autores clássicos que, mesmo pertencendo a outros períodos cronológicos e seus respectivos contextos, continuam atuais, sendo que a tentativa de compreender a realidade não pode prescindir destes apontamentos, já que representam as bases do conhecimento científico acumulado.

Em se tratando da questão agrária, são as posturas políticas ante a realidade, as quais inclusive revestem-se de diferentes formas de interpretação da questão camponesa, que alimentam divergências teóricas profundas, resultando em distintos paradigmas, que no plano dos clássicos consiste na análise do desenvolvimento do capitalismo da agricultura como fator, de um lado, de desaparecimento do campesinato e, de outro, de persistência e mesmo recriação desta classe por este modo de produção.

Pela dimensão do embate, e a riqueza contida no plano das divergências e confluências, julgamos oportuno resgatar expoentes destes paradigmas através das obras que melhor se enquadram nesta perspectiva de análise, quais sejam "A questão agrária" e "La organización de la unidad económica campesina", respectivamente de Karl Kautsky e Alexander V. Chayanov.

Karl Kautsky e a obra "A questão agrária"

Nesta obra, Karl Kautsky utilizou-se da doutrina Marxista para analisar as transformações ocorridas no campo com o advento do capitalismo. Para ele, a penetração deste modo de produção na agricultura provocava a concentração da riqueza, num processo semelhante ao da indústria. Desta forma, as grandes propriedades absorveriam as pequenas, causando a proletarianização da camada mais

¹ Mestre em Geografia e Doutoranda no curso de pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente; Professora na Universidade Estadual de Londrina.

pobre do campesinato, a qual não poderia suportar o ônus dos impostos e dívidas cobradas pelos capitalistas e latifundiários.

Kautsky partia do princípio de que a evolução social camponesa achava-se no limite, e caminhava para o desaparecimento. As referências a esta classe, ao longo desta obra, quase sempre vieram acompanhadas de um atributo depreciativo; os camponeses representavam, de acordo com o seu ponto de vista, uma classe de bárbaros, ignorantes, sem inteligência, instáveis, desorganizados etc.

Apesar de Kautsky admitir, nesta obra, a existência de outras classes sociais, entendia que era o antagonismo entre a burguesia e o proletariado que movia a sociedade, e neste contexto, o socialismo somente seria possível a partir do pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Partindo da análise dos processos de transformação que ocorreram na organização camponesa, Kautsky classificou a proletarianização como um processo inexorável, à medida em que a desestruturação da indústria artesanal doméstica implicou, tanto na inserção do camponês no mercado de consumo e trabalho, para suprir as necessidades monetárias, quanto num descompasso no campo, pois a sazonalidade das atividades agrícolas condicionou, em um considerável período do ano, a um excedente de mão de obra anteriormente ocupado nesta indústria.

Para Kautsky, era este processo que continha a gênese do proletariado, pois a princípio, foram os próprios filhos dos camponeses que ficaram ociosos em suas respectivas unidades, passando a vender sistematicamente sua força de trabalho. Portanto, a origem da agricultura capitalista é atribuída, por Kautsky, ao surgimento da propriedade privada do solo e a criação de um excedente de trabalhadores disponíveis à vender sua força de trabalho.

Ao resgatar as mudanças advindas com o progresso técnico, Kautsky explicitou as vantagens e as dificuldades enfrentadas pela agricultura, pela sua estrita vinculação aos processos da natureza. Por outro lado, a visão de que o progresso científico acarretava problemas era notável em Kautsky, ao chamar a atenção para o esgotamento dos solos e o desequilíbrio ecológico provocado pela destruição das florestas e dos predadores naturais. Desse modo, mesmo considerando os avanços da tecnificação, Kautsky conseguiu traduzir a fragilidade que a envolvia.

"A seleção natural determina a escolha e a reprodução dos indivíduos mais aptos a conservar a espécie. A seleção artificial na sociedade capitalista, negligencia inteiramente esse objetivo. Ela se preocupa simplesmente de escolher e reproduzir os indivíduos capazes de adquirir o maior valor, que exijam as menores despesas, que sejam os mais precoces, cujas partes utilizáveis sejam as mais desenvolvidas em prejuízo de órgãos de que não se pode tirar proveito. As raças assim aperfeiçoadas dão lucros bem maiores que os produtos naturais, mas a

sua persistência e a sua força de resistência são infinitamente menores." (Kautsky, 1980: 234).

Para Kautsky, a inserção do campesinato no mercado, através do trabalho acessório constituía-se em um ciclo vicioso, pois à medida em que esta classe passava a trabalhar para outrém, menos tempo dedicava à sua própria unidade, reduzindo assim a produção interna, e levando ao aumento sistemático da venda da força de trabalho. Entendia que este era um dos caminhos da proletarianização. No entanto, via no trabalho acessório, consubstanciado nas migrações temporárias dos camponeses em busca de trabalho, mudanças qualitativas, proporcionadas pela convivência com os operários, que a seu ver eram mais organizados e inteligentes.

Kautsky demonstrou que o processo de restauração da indústria domiciliar camponesa sob bases capitalistas promoveu a subversão do modo de vida camponês à lógica da produção industrial. No entanto, explicitou a lógica desta indústria, movida pela exploração máxima dos trabalhadores, especialmente sobre aqueles que ainda detinham, mesmo que precariamente, os meios de produção.

Assim, indicava o caráter de complementaridade do trabalho acessório, ao admitir que nos momentos em que a indústria doméstica e as ofertas de trabalho em terras alheias fracassavam, era a terra que lhes garantia a sobrevivência, mesmo sob as piores condições de miserabilidade. Desvendada estava a lógica das migrações temporárias.

Para Kautsky, era nos processos de agravamento da condição camponesa, consubstanciados na fragmentação das explorações, que residia o equívoco da teoria que admitia a superioridade e o aumento da exploração familiar sobre a capitalista. Criticava, assim, o uso inadequado dos métodos estatísticos, pois em sua interpretação, os dados encerravam a fragmentação das unidades que já existiam, em razão do crescente processo de desestruturação com o qual vinham defrontando-se os camponeses. Kautsky via na multiplicação numérica das unidades camponesas a perda do caráter produtivo e a transformação das mesmas em meros locais de moradia. Sendo assim, a subsistência provinha, não mais das atividades desenvolvidas internamente, mas da inserção no mercado de trabalho.

Nesta obra demonstrou as vantagens do binômio minifúndio/latifúndio, avaliando que, apesar da intercomplementaridade entre ambos, o avanço do capitalismo acentuava cada vez mais as diferenças qualitativas entre a grande e a pequena exploração. Para ele, não era possível a exploração racional nas pequenas unidades; sendo economicamente viável apenas a grande exploração, pela possibilidade de aproveitamento máximo das instalações, dos instrumentos e força de trabalho. Além disso, era a grande exploração que detinha a vantagem da divisão social do trabalho, a qual aumentava a produtividade e o rendimento do trabalho: "(...) a vantagem mais considerável que resulta, para a grande exploração, do número maior de mão de obra que emprega, consiste na divisão do

trabalho entre operários manuais e operários intelectuais.” (Kautsky, 1980: 118, 119).

Segundo esta linha de raciocínio, urgia suprimir a pequena exploração, que resistia tão somente por estar assentada no sobre-trabalho e na sub-alimentação dos camponeses.

“Mas para nós, a alimentação sub-humana do pequeno camponês não constitui uma vantagem da pequena exploração, da mesma forma que o labor sobre-humano que ela reclama. Os dois fatos nos mostram que a pequena exploração é um fenômeno do passado. Ambos dificultam o progresso econômico. Graças a eles, a pequena propriedade territorial constitui a base para a formação, quase à margem da sociedade, de uma classe de bárbaros, que une toda a rudeza das formas sociais primitivas a todas as misérias e infortúnios dos países civilizados.” (Kautsky, 1980: 133).

A premissa da inviabilidade da agricultura camponesa, e a viabilidade da grande exploração capitalista reclamava o desaparecimento da primeira e a emergência do proletariado. Para Kautsky

“Operários bem nutridos e bem remunerados, além de inteligentes, eis a condição indispensável para uma grande exploração racional. Não há dúvida de que esta condição prévia falta ainda hoje na maioria dos casos. E seria insensato esperarmos melhoramentos da parte do despotismo esclarecido dos grandes agricultores. É preciso que estes melhoramentos sejam, na agricultura como na indústria, impostos aos empresários pelo proletariado organizado, quer diretamente, quer indiretamente, por meio do poder político. O movimento operário, elevando o nível moral e econômico do proletariado agrícola, combatendo a barbárie camponesa, criará - e é esta a sua tarefa - a condição básica para a grande empresa agrícola racional. Ao mesmo tempo, fará desaparecer um dos últimos pilares da pequena exploração.” (Kautsky, 1980: 135).

Em suas considerações, as grandes explorações eram as precursoras das cooperativas agrícolas socialistas. Contudo, entendia que o caminho para a coletivização não poderia ser trilhado pelo campesinato. Ao analisar as cooperativas agrícolas, que começavam a despontar, explicitou a restrição desta classe ao cooperativismo, em virtude de um passado histórico de tutela e opressões, que eliminaram o hábito de associações democráticas.

“ Precisamos ponderar todas as fases da evolução. A grande massa dos homens comuns não pode passar diretamente, em condições normais, da exploração artesanal ou camponesa à grande exploração cooperativa. A propriedade individual dos meios de produção a tanto se opõe. Antes, o regime capitalista estabelece as condições preliminares da grande exploração cooperativa. Não apenas cria um exército de operários

privados dos meios de produção. Dá forma, também à produção social, suscitando e exasperando a luta de classe entre capitalistas e assalariados. Os trabalhadores, assim, são compelidos à substituição da propriedade capitalista pela propriedade social dos meios de produção. Não é por intermédio dos que possuem, mas dos que não possuem, que se fará a passagem à produção cooperativa. Isto não quer dizer, contudo, que os camponeses só possam fazê-lo por um único meio, qual seja o da transição pela fase temporária do proletariado, que devam ser necessariamente expropriados pelo capital, que a produção socialista seja impossível enquanto existirem.. Nada menos exato. Significa, isto sim, que só o proletariado vitorioso poderá tomar uma iniciativa de tal envergadura e estabelecer as condições que permitam a passagem dos artesãos e camponeses - não apenas idealmente, como hoje, mas de fato - à grande produção cooperativa.” (Kautsky, 1980: 149).

Pela fórmula acima, as cooperativas seria uma conquista dos proletários, cujas experiências de vida e trabalho lhes permitiria a aquisição e o aprendizado de regras de conduta indispensáveis à revolução. O sucesso destas cooperativas seria o fator a romper com a resistência e a desconfiança dos camponeses, contribuindo com a abolição definitiva da propriedade e da exploração individual da terra.

Kautsky entendia, portanto, que a conquista do socialismo se daria pelas mãos do proletariado. Entendia também que a expansão da grande exploração capitalista era uma condição necessária, pois somente ela detinha as condições materiais para se chegar à cooperativa socialista.

Esta obra também contém um resgate pormenorizado das teorias da renda da terra e do valor, de Marx. Na agricultura capitalista, segundo o autor, havia dois fatores fundamentais - a propriedade privada da terra e o caráter de mercadoria que apresentavam todos os produtos agrícolas. Explicou o conceito de mercadoria, como resultado do trabalho humano que, consiste em mercadoria, pelo fato de não ser produzida para uso próprio, e sim para venda, em troca de algo que se tenha necessidade. A princípio, esta mercadoria é o dinheiro, pois tem aceitação em toda parte. Logo, troca-se uma quantidade de mercadorias por uma quantidade relativa de moedas, que serão trocadas por outras mercadorias. É a quantidade de dinheiro necessária para a aquisição de uma determinada mercadoria que denomina-se preço.

Kautsky discute o conceito de valor, onde o valor da mercadoria está relacionado ao tempo de trabalho necessário à sua produção.

“O valor da mercadoria só aparece como tendência, como lei orientada no sentido de reger o fenômeno de troca ou venda. O resultado desse processo é a relação de troca real num momento dado, por outras palavras, o preço real.” (Kautsky, 1980: 77).

Contudo, lembrou que o produtor da mercadoria vai ser pago pelo seu trabalho, não necessariamente pelo tempo gasto, e sim pelas normas do mercado, regido pela lei de oferta e de procura. Sendo assim, o que confere à mercadoria o caráter de troca é o valor de uso, ou seja, a mercadoria somente será adquirida se tiver valor de uso, seja real ou imaginário. Desta forma, é necessário acrescentar o fato de que a troca só ocorre em função da natureza diversa das mercadorias, ou seja, se fossem iguais, a troca não faria sentido. E por serem diferentes, demandam um tempo de trabalho diferente, o que acaba conferindo o valor comercial às mercadorias, exceto nos casos em que há a existência de monopólios: "(...) a lei do valor pressupõe a livre concorrência(...) quando, num certo gênero de mercadorias, as diferenças de qualidade determinam diferenças de preço, elas podem sempre reduzir-se a diferenças de somas de trabalho ou a monopólios" (Kautsky, 1980: 78, 79).

Dessa maneira, o valor de uma dada mercadoria permanece inalterado, enquanto permanecerem iguais as necessidades de trabalho para a sua produção. O que pode variar é o preço, fixado a partir da lei da oferta e procura.

No intuito de evitar uma confusão entre valor e preço, Kautsky esclarece que ao separar-se a produção simples de mercadorias (aquela em que o artesão detinha todas as etapas do processo produtivo, desde a fabricação dos instrumentos de trabalho e produção da matéria prima até a confecção do produto final), da produção capitalista (onde o capitalista compra os instrumentos de trabalho, ou seja, as máquinas, a matéria prima, bem como a força de trabalho dos operários), ocorre o ingresso de elementos que podem induzir a equívocos: no primeiro caso, hipoteticamente seria remunerado o trabalho do artesão gasto na realização da tarefa. No segundo caso, não é o trabalho que vai determinar o preço, e sim os custos da produção, a partir do dinheiro adiantado pelo capitalista. Desta forma

"As despesas reais não coincidem, portanto, com as despesas de produção tais como o capitalista as calcula para estabelecer os seus preços. Se o preço da mercadoria fosse igual à soma de dinheiro gasta com a produção, ele nada ganharia com a venda. Ora, o lucro é o móvel da produção capitalista. (...) É justamente o lucro que faz de qualquer soma de dinheiro um capital. Toda soma de dinheiro empregada de maneira a produzir lucro é capital." (Kautsky, 1980: 81).

Por esta razão, o lucro é acrescentado nas despesas de produção, para a definição do preço das mercadorias. Logo, no sistema capitalista de produção, valor e preço tem conotações diferentes.

A mais valia é definida como a força de trabalho humana capaz de criar uma soma de produtos superior à que é necessária à sua conservação e à sua reprodução, a partir do momento em que a evolução do aparelhamento técnico atinge um certo grau. Neste contexto,

"a mais valia social é "um excedente dessa espécie, um produto líquido, fornecido desde tempos imemoriais, pelo trabalho humano. Todo o progresso de civilização se condiciona ao aumento progressivo desse excedente mediante o aperfeiçoamento da técnica." (Kautsky, 1980: 83).

No capitalismo, o lucro é constituído a partir da mais valia:

"Ao industrial capitalista cabe todo produto criado pelo trabalhador assalariado. O valor deste produto é igual ao valor dos meios de produção empregados - matérias-primas, desgaste das máquinas e dos edifícios etc. - mais a o valor da força de trabalho do operário, ou, como se diz vulgarmente, o salário, e mais a mais valia. Esta última é que constitui o lucro." (Kautsky, 1980: 84).

Contudo, este lucro aparece como produto do capital que o capitalista adiantou à produção, e não como produto do sobretabalho não pago aos operários.

O autor também aclara os conceitos de capital constante e capital variável, onde o capital constante é composto de máquinas, equipamentos, instalações e matérias primas necessárias à produção, e o capital variável refere-se ao trabalho humano necessário a produção de mercadorias, demonstrando que as mais diversas atividades capitalistas auferem uma taxa média de lucro, assegurando desta maneira um certo equilíbrio na aplicação de capitais e conseqüente produção diversificada de mercadorias.

Esclarece ainda que a renda diferencial advém de condições vantajosas de produção. Na indústria aparece como lucro excepcional e episódico, pois é decorrente de características artificiais, como a utilização de máquinas ou técnicas mais evoluídas, que mais cedo ou mais tarde acabam sendo difundidas entre os demais capitalistas, igualando novamente as condições de produção. No entanto, no campo ela é permanente, derivando de condições especiais inerentes ao solo, seja fertilidade, localização etc.

"O solo (...) regula-se por outras leis. Seria um equívoco de nossa parte compará-lo ao capital. Não se trata de um valor criado pelo trabalho e posto em circulação. E mesmo do ponto de vista material ele difere totalmente dos meios de produção que representam o capital. Estes perdem o seu valor. O solo é indestrutível. Novas descobertas, a cada momento, depreciam os meios de produção. O solo persiste, de maneira permanente, como a base natural de toda produção. A concorrência entre os capitais cresce à medida que cresce a sua acumulação, e por conseguinte com o aumento da indústria e da população. O solo, ao contrário, assume cada vez mais o caráter de um monopólio." (Kautsky, 1980: 226).

Na indústria o preço de produção é determinado pela média das despesas mais o lucro médio, de forma que as empresas que operam em condições vantajosas, com redução de custos, acabam tendo um lucro superior ao da média, e

vice-versa, nos casos em que a empresa opera em condições desvantajosas, podendo mesmo ter prejuízos. Na agricultura, em virtude do aumento da demanda por alimentos e demais matérias primas, provocado pelo crescimento da população urbana, foram sendo incorporadas no circuito produtivo as piores terras, do ponto de vista de localização, fertilidade etc, levando a um aumento dos custos de produção, e é justamente o custo de produção destas piores áreas que vai definir o preço dos produtos agrícolas, uma vez que a condição para que o capital se desloque para esta modalidade de exploração é a expectativa de obter lucro médio. Assim, quanto mais áreas ruins forem sendo cultivadas, maior será o lucro dos que detêm as áreas mais privilegiadas.

O autor salienta que no modo de produção capitalista, a taxa de lucro apresenta uma tendência a baixar, devido à produção em série que diminui o lucro por unidade produzida, muito embora aumente no conjunto, em razão da produção em maior escala. Na agricultura, contudo, mesmo permanecendo estável a taxa de lucro médio, a renda fundiária tende a subir, à medida em que os piores solos ingressam no circuito produtivo, provocando um aumento nos custos de produção, e consequentemente no preço dos produtos agrícolas.

Outrossim, as diferenças entre o montante de renda auferida pelos diversos proprietários, derivam da renda diferencial do solo, que é determinada a partir da situação ou fertilidade, independentemente destas características serem naturais ou artificiais, se alteradas a partir da inversão de capitais.

Nos arrendamentos capitalistas, capitalistas e proprietários não confundem-se, sendo os primeiros a conduzir a atividade produtiva, mediante o pagamento de renda, a qual é definida a partir das características do solo. Deste modo, os lucros são auferidos pelos capitalistas, e a renda pelos proprietários das terras. Esta separação clara entre renda da terra e lucro é uma característica inerente ao modo capitalista de produção e constituiu-se na base da explicação da teoria da renda da terra de Marx.

Kautsky, ao referir-se à taxa de capital constante empregado na produção, demonstrou que ele tende a aumentar, pois à medida em que evoluem as técnicas, aumenta a importância das máquinas e equipamentos no processo produtivo, em detrimento do capital variável, ou seja, da força de trabalho.

Ressalta ainda que, na agricultura, o período de circulação do capital é mais longo que na indústria, dado o ciclo biológico das plantas e seus tempos particulares. Por este motivo, o montante de capital disponível para ser aplicado na agricultura tem que ser maior. Contudo, a existência da propriedade privada da terra confere um estado de privilégio para a agricultura, que é a possibilidade de auferir renda. Desta forma

" (...) como todo preço de monopólio, o preço dos gêneros, determinado pelo privilégio da propriedade territorial, pode elevar-se acima do valor desses gêneros. A proporção de tal aumento só depende do campo de

ação em que as leis da concorrência continuam a manifestar-se, dentro dos limites do monopólio. As causas determinantes, no caso, são a concorrência dos proprietários entre si, a concorrência do exterior, o excedente de capital que aflui, sob a influência da alta de preços, para o solo melhor, e lhe amplia a produção, enfim - e trata-se do fator mais importante - o poder de compra da população. Quanto mais se elevam os preços dos gêneros, tanto mais se retrai o círculo dos consumidores." (Kautsky, 1980: 96).

Nesta obra, há uma distinção entre renda absoluta e renda diferencial da terra: a renda diferencial não é resultado da propriedade privada da terra, e sim do caráter capitalista da exploração agrícola. Desse modo, mesmo que fosse suprimida a propriedade individual do solo, mas se mantivesse o caráter capitalista da exploração, ela resistiria, mudando apenas os critérios de apropriação. Com relação a renda absoluta, ela resulta exclusivamente da propriedade privada da terra. Neste caso, a coletivização das terras suprimi-la-ia.

Em outras palavras, a renda diferencial resulta dos custos de produção, e não constitui um fator que determine o preço dos produtos agrícolas, pois, a princípio, o que o determina é a renda absoluta da terra. É da renda absoluta que vem o tributo que toda a sociedade paga aos proprietários fundiários, da qual não escapam inclusive os capitalistas.

No entanto, Kautsky esclarece que terra não é capital, por não ser criada a partir do trabalho. Desta forma, a terra proporciona renda e não lucro. O lucro auferido nas atividades agrícolas advém do trabalho não pago, ou seja, da mais valia. Assim, o preço da terra é determinado a partir da renda territorial, diferentemente dos demais capitais, onde o preço é fixado a partir do trabalho necessário e demais custos de produção.

"Na sociedade capitalista, o valor de uma parcela de chão ou de um bem se assemelha ao valor de um capital cujo rendimento fosse igual ao montante da renda fundiária do solo em apreço. O valor desse capital é o valor comercial da terra. Este é, pois, determinado de um lado pelo montante da renda fundiária, de outro pela taxa usual de juro" (Kautsky, 1980: 100).

Desse modo, o juro é a parte do lucro que um empresário cede à outro, em troca de um determinado montante de dinheiro que este lhe adianta. Ou seja, é a parte do lucro que o empresário pode realizar, mesmo não intervindo diretamente em qualquer atividade econômica, apenas adiantando o dinheiro para que outros o façam; *"O valor efetivo de um capital dinheiro mede-se, no mercado de capital, pelo juro que ele realmente dá. O preço de um pedaço de terra mede-se pela renda fundiária que pode dar." (Kautsky, 1980: 102).*²

² Grifo do Autor

Da mesma forma que no sistema de arrendamento capitalista, no sistema hipotecário, é possível vislumbrar três classes: Os proprietários, que recebem a renda, os capitalistas, que recebem os lucros, e os operários, que recebem os salários. Contudo, no sistema hipotecário, há uma inversão de papéis, ou seja, a renda passa das mãos do proprietário para as mãos do credor, o qual adianta o dinheiro para que o proprietário coloque a terra para produzir. Desta forma, ele é o detentor da renda e, por extensão, o dono da terra. Assim, no sistema hipotecário os papéis são os seguintes: o proprietário torna-se o capitalista, e o credor, que a princípio era o capitalista, passa a ser o proprietário fundiário. Isto torna-se claro quando o proprietário não consegue pagar a hipoteca, e acaba perdendo a terra para o credor.

Comparando as duas formas de exploração, no sistema capitalista, Kautsky enumera as diferenças entre ambas, associando a hipoteca aos juros, que obedecem leis diversas da renda fundiária.

"A mais importante consiste em que a variação do arrendamento corresponde às variações da renda territorial, ao passo que o mesmo não se verifica no caso das hipotecas. (...) o juro do capital e a renda territorial podem, no mesmo momento, variar em sentidos diametralmente opostos: um pode baixar, a outra pode subir." (Kautsky, 1980: 109).

Sendo assim, nos momentos em que o juro está baixo e a renda está alta, é mais vantajoso para o agricultor utilizar-se do sistema hipotecário. Ao contrário, quando a renda está em baixa, e o juro em alta, convém utilizar-se do sistema de arrendamento, mesmo porque o agricultor pode repassar parte das perdas ao proprietário fundiário, reduzindo o preço da renda.

Pode ocorrer também que haja uma fusão entre agricultor capitalista e proprietário de terras, mas para Kautsky ela não era, nem seria expressiva. A razão para tal fato devemos procurá-la, de um lado, *na superioridade da grande exploração relativamente à pequena, e de outro, na propriedade individual do solo.*" (Kautsky, 1980: 111).³

Alexander V. Chayanov e a obra "La organización de la unidad económica campesina"

Esta obra de Chayanov constituiu-se em um marco pioneiro no estudo sobre a composição e organização das unidades econômicas camponesas. Inserido em um contexto histórico onde o debate sobre o campesinato encontrava-se no auge, o autor propôs-se a realizar um estudo pormenorizado desta forma de organização econômica e social, sobretudo com o objetivo de desfazer enganos

³ Grifo do Autor

teóricos, pois entendia que a maior parte dos autores estava passando ao largo dos elementos concretos que a compunham.

Para Chayanov, o fato do trabalho familiar ser uma forma de produção ainda dominante no mundo, impunha a necessidade de uma análise mais aprofundada e cuidadosa de seu conteúdo, pois qualquer tentativa de construção de formas futuras de exploração deveriam partir necessariamente desta realidade concreta. Desse modo, a partir da teoria do balanço entre trabalho e consumo, explicitou as diferentes vertentes pelas quais as unidades camponesas alcançavam o equilíbrio interno.

Um dos principais pontos identificados por Chayanov era a necessidade da absorção da força de trabalho da família camponesa, que procurava orientar suas atividades no sentido de aproveitá-la ao máximo, evitando períodos de ociosidade, com a sazonalidade das atividades agrícolas. Nisto consistia uma das distinções quanto à agricultura capitalista, pois a força de trabalho era constante, e não poderia ser contratada ou dispensada de acordo com as necessidades dos cultivos. Desta maneira, culturas que reclamavam intensa força de trabalho, mesmo proporcionando baixos rendimentos líquidos, totalmente desinteressantes do ponto de vista capitalista, eram realizadas pelos camponeses, a fim de driblar o desemprego interno.

O autor mostrou que esta especificidade da unidade econômica camponesa constituía-se em um grande empecilho à adoção de máquinas, as quais eram, em essência, poupadoras da mão de obra que os camponeses precisavam ocupar. Além disso, eram incompatíveis do ponto de vista custo/benefício, em virtude da relação inversamente proporcional entre disponibilidade de terras e custos.

Portanto, Chayanov mostrou que não era o princípio da economia de trabalho que levava os camponeses a empregar máquinas, mesmo porque isto poderia agravar o problema da ociosidade da força de trabalho. Sua utilização era aceitável quando havia outras atividades a serem executadas pela mão de obra liberada ou a possibilidade de aumentar os ganhos brutos, mediante a intensificação dos cultivos.

Partindo da lógica de utilização dos meios de produção, Chayanov desvendou o papel da composição familiar dentro das unidades econômicas camponesas. Desse modo, a composição familiar era um elemento chave no balanço trabalho/consumo, por determinar o grau e a intensidade da atividade econômica camponesa. A força de trabalho, desta forma, mantinha vínculos estreitos com os membros capacitados da família.

"Por eso es que el limite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la misma intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios

materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia."(Chayanov, 1974: 47,48).

Dentro da unidade familiar, outro elemento importante era a composição biológica e etária de seus membros, pois havia uma variação conjunta e indissociável entre as fases da família e o balanço entre trabalho e consumo. No início da composição familiar, a partir do matrimônio, havia uma sobrecarga dos consumidores sobre os trabalhadores, representados pelos filhos pequenos. À medida em que os filhos cresciam e passavam a trabalhar, a unidade caminhava para um estado de equilíbrio entre o número de consumidores e o número de trabalhadores, que novamente seria desfeito, com o avanço da idade dos pais e a formação de novas famílias.

Contudo, a composição familiar era somente uma das variáveis. Para Chayanov, existia uma relação direta entre área da unidade econômica, força de trabalho disponível e atividades comerciais e artesanais, de modo que, quanto menor a área disponível para cultivo, maior a necessidade de aumentar os ganhos da família através da realização de atividades não agrícolas.

Além disso, identificava uma certa tendência do tamanho da família em adequar-se às provisões materiais que os meios de produção poderiam proporcionar.

"(...) podemos decir que el grado de actividad agrícola determina la composición de la familia. En otras palabras, el campesino se provee de una familia de acuerdo com su seguridad material." (Chayanov, 1974: 16).

Para estudar a produtividade anual do trabalho, Chayanov diferenciou os conceitos de produto bruto e produto líquido. Assim o produto bruto consistia na totalidade dos proventos percebidos pela família a partir da força de trabalho, seja na agricultura, comércio ou artesanato, ao longo de um ano. Produto líquido era a parte que restava do produto bruto após as deduções gerais necessárias à manutenção da unidade. Desta forma, o produto líquido consistia no incremento anual de valores materiais disponíveis para a unidade econômica.

Juntamente com as características internas de organização, quais sejam, composição familiar e disponibilidade de meios de produção, outros fatores atuavam no sentido de determinar o grau de produtividade das unidades econômicas camponesas.

"La fertilidade del suelo, una ubicación ventajosa de la explotación en relación con el mercado, la situación de mercado, relaciones sociales de producción locales, formas organizativas del mercado local y el carácter de la penetración del capitalismo comercial y financiero: tales son los principales factores que determinan la productividad y la remuneración del trabajo campesino." (Chayanov, 1974: 73).

Por outro lado, Chayanov identificava uma subutilização da força de trabalho nas unidades camponesas, com variações consideráveis ao longo do ano,

como períodos de intensa demanda de mão de obra e outros de ociosidade. Entretanto, um fator determinante no grau de utilização e intensificação da força de trabalho era a pressão exercida pelas necessidades de consumo.

Todavia, o autor demonstrou que a intensificação do trabalho tinha limites, impostos pelas próprias condições humanas em dispendir energia. A partir deste ponto limite, haveria uma relação inversamente proporcional, onde a cada aumento de esforço, diminuiria progressivamente os ganhos, eliminando as vantagens econômicas para a unidade.

Chayanov salientou que estes princípios básicos da unidade camponesa também regiam a exploração capitalista, havendo, no entanto, caminhos diferenciados para se alcançar o ponto de equilíbrio. A organização da exploração capitalista era dimensionada a partir da terra disponível, adequando-se as demais condições de produção à esta. Nas unidades camponesas não havia esta possibilidade, pois as mesmas tinham que organizar-se a partir da força de trabalho disponível e do número de consumidores integrantes da família, sendo estas duas variáveis a dimensionar o volume da atividade produtiva.

Ou seja, as explorações capitalistas adequavam a contratação da força de trabalho ao potencial produtivo da unidade econômica, de forma que permanecendo inalteradas as condições materiais, a intensidade da exploração mantinha-se indefinidamente. O mesmo não ocorria nas unidades camponesas, pois a força de trabalho era inerente à composição familiar. Como esta força de trabalho era variável no sentido da dinâmica etária da família, mesmo que mantivessem-se estáveis as condições materiais, a intensidade da atividade sofria variações.

Chayanov descreveu os mecanismos de intensificação e redução de capitais nas unidades camponesas e a forma como a família adequava-se a estas variações. Desta maneira, quanto maior a aplicação de capitais na unidade, maior os índices de produtividade com menor desgaste físico dos trabalhadores. Por outro lado, quanto menor a disponibilidade de capitais, maior o esforço físico necessário para a exploração da unidade. A insuficiência de terras e demais recursos, nos momentos em que as atividades comerciais e artesanais produziam uma remuneração muito baixa, induzia os camponeses a recorrer à uma sobreexploração do trabalho, além do limite ótimo, de forma que o aumento bruto da produção se realizava a partir do esgotamento das forças de trabalho, resultando num decréscimo relativo da produtividade do trabalho.

A exaustão dos trabalhadores sem um retorno econômico à altura poderia parecer uma incongruência do ponto de vista capitalista, mas era um recurso para que as unidades camponesas mantivessem seu equilíbrio, mesmo piorando o nível de bem estar da família. Porém, nos casos onde nem mesmo estes recursos fossem possíveis, ou o fossem de modo insatisfatório, a unidade passava a exportar trabalhadores.

No entanto, não era exatamente a limitação da atividade produtiva imposta pela escassez dos meios de produção que levava os camponeses a deixar a unidade ou a realizar trabalhos acessórios, mas a possibilidade de obter ganhos maiores a partir do mesmo esforço físico.

“La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que pueden aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la retribución más alta por unidad doméstica de trabajo, la familia campesina deje sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones más ventajosas. (...) El único rasgo que en este caso distingue a la familia campesina del empresario consiste en que el capitalista, de un modo u otro, distribuye siempre la totalidad de su capital; la familia campesina, en cambio, nunca utiliza completamente toda su fuerza de trabajo pues cesa de consumirla en el momento en que satisface sus necesidades y alcanza su equilibrio económico.” (Chayanov, 1974: 120).

Esta inserção no mercado de trabalho, que para teóricos como Kautsky, era sinônimo de proletarização, era tida como um recurso para a manutenção da condição camponesa, e quiçá, a possibilidade de ganhos materiais. Até mesmo o fato de acumular capital não era interpretado por Chayanov como uma postura pequeno burguesa, pois para ele, a diferença fundamental entre unidades capitalistas e unidades camponesas estava na lógica interna da exploração e organização. A unidade camponesa, deste modo, trabalhava com a hipótese da melhor remuneração possível, mas não era movida pela possibilidade de auferir lucros, a partir da exploração do trabalho.

Quanto às mudanças ocorridas a partir do momento em que os camponeses passaram a produzir para o mercado, bem como a consumir mercadorias não produzidas, Chayanov as classificou de mudanças quantitativas na organização da produção, pois até o momento em que as unidades eram auto suficientes, era necessária uma diversidade na produção, de forma a suprir todas as necessidades de consumo da família, o que ele chamou de produção qualitativa.

Com a possibilidade de venderem para o mercado, bem como comprarem o que não produziam, os camponeses puderam dedicar-se a uma menor variedade de cultivos. Dessa maneira, a família camponesa passou a produzir preferencialmente para o mercado os produtos que proporcionavam maior rendimento em relação à força de trabalho empregada, conservando apenas o cultivo dos produtos de subsistência com menos demanda de trabalho. Todavia, esta inserção no mercado não era vista de forma apocalíptica, por Chayanov.

“Grazas a su contacto con el mercado, la explotación puede eliminar ahora de su plan organizativo todos los sectores de producción que proporcionan pocos ingresos y en los cuales el producto se obtiene con un esfuerzo mayor que el requerido para obtener su equivalente en el mercado mediante otras formas de actividad económica que producen ingresos mayores. En el plan organizativo solo subsiste lo que proporciona una alta remuneración para la fuerza de trabajo o constituye un elemento de producción irremplazable por razones técnicas.” (Chayanov, 1974: 142).

Porém, o mercado era cercado de instabilidades, sendo o preço dos produtos agrícolas vinculados à contingências mundiais. Desta maneira, o autor admitia a sucessão constante de vantagens e desvantagens em qualquer tipo de cultivo.

Chegou a propor algumas fórmulas de exploração, privilegiando a melhor distribuição ao longo do ano, sem perder de vista as diferentes exigências nutritivas, de forma a conservar a fertilidade natural dos solos e otimizar ao máximo os recursos técnicos e de mão obra disponíveis nas unidades camponesas. No entanto, estes modelos elaborados por Chayanov partiam da realidade camponesa, não sendo interessantes do ponto de vista capitalista

Ao explicitar a intensa interdependência entre todos os elementos integrantes da unidade econômica camponesa, mostrou a importância da formação de capital dentro da exploração familiar. Para o autor, a relação trabalhadores/consumidores era um elemento regulador na formação, redução ou ampliação do capital. Havendo sobrecarga de consumidores sobre trabalhadores, o montante destinado à renovação de capital seria prejudicado, resultando num ciclo de intensificação do esforço físico e baixa remuneração do trabalho, chegando ao equilíbrio através da redução do consumo e bem estar da família.

Por outro lado, se houvesse um certo equilíbrio entre consumidores e trabalhadores, o montante destinado à renovação de capital aumentaria, melhorando as condições de produtividade, num ciclo onde se atingia o equilíbrio através da diminuição do esforço físico e melhoria no nível de consumo e bem estar da família.

Dessa maneira, os adiantamentos à produção, que em última instância significavam renovação de capital, dependiam da composição familiar, sendo que uma aplicação maior de capitais resultava na redução do montante destinado à satisfação das necessidades internas. Sendo assim, esta aplicação somente era considerada vantajosa se pudesse diminuir as fadigas do trabalho marginal. Caso contrário, não havia vantagem no aumento do montante adiantado à produção, mesmo havendo aumento do rendimento líquido.

A medida entre a quantidade destinada ao consumo e a reservada aos investimentos produtivos era definida a partir das experiências que as famílias

acumulavam. Chayanov identificou um padrão constante ao longo do tempo, onde as unidades econômicas procuravam equilibrar esta soma, de forma a não consumir demais, comprometendo a formação de capitais, mas também não acumular, em detrimento do bem-estar familiar.

Esta obra traz uma crítica eloqüente aos teóricos que combatiam a tese da coexistência do campesinato no modo de produção capitalista. Considerava um erro teórico supor que toda atividade econômica na agricultura se daria a partir de um *homo economicus*, atuando necessariamente como empresário que contrata força de trabalho, do mesmo modo que seria errôneo supor que toda atividade econômica era erigida sobre o trabalho familiar. Neste sentido, a interpretação que fazia dos clássicos Adam Smith e David Ricardo é que, tal qual alguns teóricos marxistas, haviam feito um corte na realidade, e a partir de alguns elementos, elaboraram uma tese geral para a economia.

Para Chayanov, nas unidades camponesas, os ganhos se realizavam sob a forma de rendimentos brutos, divididos entre renovação de capitais e satisfação das necessidades de consumo da família, de forma a tornar complexa a estimativa da renda da terra. Entendia que a discussão sobre a renda da terra

"Debe consistir en un estudio cuidadoso de la influencia que ejercen los factores creadores de renta en la unidad económica campesina sobre las tres categorías reales mencionadas arriba: formación de capital, nivel de intensidad de la fuerza de trabajo y presupuesto personal de la familia campesina." (Chayanov, 1974: 270).

Não descartava que a qualidade do solo e a situação da unidade ante os mercados interferia nos custos de produção e, conseqüentemente, nos resultados econômicos da exploração. Todavia, os mesmos não traduziam-se em aumento ou diminuição de ganhos monetários de renda, mas no aumento da produtividade do trabalho, a qual refletia-se no nível de consumo e bem estar da família.

Para Chayanov, dadas as condições técnicas de produção, o aumento da produtividade da força de trabalho, e por conseguinte, a elevação do nível de consumo e a capacidade de acumular capital advinha exclusivamente dos preços de mercado.

Quanto aos mecanismos de formação dos preços da terra, Chayanov mostrou que nas unidades capitalistas, este resultava da renda da terra capitalizada, segundo as taxas usuais de juro de mercado. Nas unidades camponesas, resultava do incremento dos ganhos da unidade a partir do trabalho marginal (trabalho ocioso), ou seja, nas regiões com terra abundante e baixa demanda, os camponeses obtinham um rendimento que não justificava o incremento de trabalho marginal, havendo pequena procura por mais terras, logo, em baixos preços. Por outro lado, onde as terras camponesas eram escassas, a necessidade de aumentar os rendimentos a partir do trabalho marginal aumentava a procura por terras, elevando os preços.

Assim, os camponeses exerciam influência significativa no preço da terra. Ademais, respondiam com a produção da maior parte dos alimentos e matérias primas. Por conta disto, esta obra desvenda o papel das unidades camponesas nos processos de formação de preços e estrutura de mercados, assim como na natureza e desenvolvimento das crises econômicas gerais. Esta influência era extensiva inclusive aos mecanismos de mercado de trabalho e salários. Assim, nos anos de crises agrícolas, havia um ingresso gigantesco de mão de obra camponesa no mercado, resultando num rebaixamento geral dos salários, da mesma forma em que nos anos de maior estabilidade, os camponeses de um modo geral ficavam circunscritos às suas unidades produtivas, reduzindo a oferta de braços, levando a uma variação positiva nos salários.

"En otras palabras, en este caso el sistema de explotación doméstica no solo esta fuera del control de los salarios, sino que, por el contrario, precisamente a través de esta categoría subordina todo el sistema de la economía capitalista a su equilibrio interno entre la satisfacción de las necesidades y las fatigas del trabajo." (Chayanov, 1974: 286).

Quanto ao que Chayanov classificou como equívoco teórico, cometido por seus oponentes, que atribuíram ao campesinato um processo de diferenciação, em intensidade e ritmo incompatíveis com o movimento da realidade, salientou que o engano ocorreu, em parte, pelo desconhecimento da diferenciação demográfica, inerente à dinâmica das unidades camponesas.

Deste modo, muitas agregações e divisões representadas nos números estatísticos, não refletiam os processos externos de desenvolvimento capitalista, mas a própria adequação da composição interna da força de trabalho aos meios de produção, especialmente a terra. Todavia, Chayanov não ignorava o avanço das relações capitalistas, apenas tinha uma leitura diferenciada do processo. Para ele, predominava em todo o mundo a produção agrícola familiar, e a essência da atuação capitalista encontrava-se na esfera da circulação.

"Estos vínculos comerciales que convierten la explotación familiar natural aislada en una pequeña productora de mercancías son siempre las primeras maneras de organizar las unidades económicas campesinas dispersas y de abrir las primeras vías de penetración a las relaciones capitalistas en el campo. Mediante estas conexiones, cada pequeña empresa campesina se convierte en una parte orgánica de la economía mundial, experimenta en sí misma los efectos de la vida económica general a del mundo, es poderosamente dirigida en su organización por las demandas económicas del mundo y, a su vez, junto con millones semejantes a ella, afecta todo el sistema de la economía mundial." (Chayanov, 1974: 306).

Entre os mecanismos de submissão ao mercado, o autor cita a atuação dos intermediários em vários níveis de escala, bem como a padronização das

mercadorias impostas pela indústria, determinando as técnicas e os tipos de cultivos.

"Comparada con esta vertical concentracion capitalista, la transferencia de unidades de explotacion de 10 a 100 ó 500 hectareas, con el correspondiente traslado de un gran numero de agricultores de una posicion semiproletaria a otra decididamente proletaria, constituiria un pequeno detalle. Y si este detalle no se produce, es evidentemente porque la explotacion capitalista con el concentración vertical arroja un porcentaje mas alto que con la horizontal. Además, transfiere en gran medida al agricultor los riesgos de la empresa del propietario del capital."(Chayanov, 1974: 312).

Chayanov entendia que este mecanismo, denominado concentração vertical da economia, estava completamente consolidado, não podendo ser ignorado ao se fazer uma proposta de transformação social. Neste sentido, era um defensor da implantação do cooperativismo, não para salvaguardar as unidades camponesas tal qual estavam estruturadas, mas para preservar os seus agentes. Assim, o controle do capitalismo de estado sobre a totalidade das unidades camponesas seria uma consequência, e condição para que as mesmas pudessem adequar-se aos processos de transformação propostos.

"Si, para decirlo de un modo general, no queremos arriesgar la estabilidad y flexibilidad de manobra del capitalismo de estado, no podemos abandonar el principal sector de nuestra economia en un estado elemental de desarrollo. Puesto que nuestra agricultura es de carácter elemental deberemos aceptar siempre como algo dado tanto nuestras demandas internas como nuestras provisiones de matéria prima, tanto en cantidad, como en calidad, lo cual significa tambien una negacion de la libertad para desarrollar la planificacion y la industria manufacturera. Sin duda, una serie de medidas de politica economica general respecto del transporte, derechos aduaneros, impuestos y otras esferas pueden tener a veces un importante efecto indirecto en la creacion y desarrollo de unidades economicas campesinas. Pero esta influencia no es suficiente para la mision del capitalismo de estado, y debemos proponernos llegar ao control directo de la organizacion de la unidad economica campesina elemental."(Chayanov, 1974: 315).

O caminho defendido por Chayanov para a interferência nas unidades camponesas era o cooperativismo, por avaliar que somente assim seria possível competir em uma estrutura de mercado já definida mundialmente, e controlada pelas grandes corporações. Ademais, entendia que o aparato técnico e produtivo da produção camponesa somente poderiam ser resgatados mediante a organização cooperativa, que os induziria ao uso coletivo de instrumentos e meios de produção, resultando num aumento da produtividade e melhoria da qualidade.

Considerações Finais

A obra de Kautsky foi produzida num contexto de amplas discussões dentro da social democracia alemã do final do século XIX, em que se debatiam propostas para a construção do socialismo e, particularmente, o papel da agricultura e do campesinato no processo de transformações perseguidas.

O próprio autor entendia que as divergências eram decorrentes da incógnita representada por esta classe, cujos interesses entrelaçavam-se ora com a burguesia, ora com o proletariado, criando uma dificuldade em enquadrá-la em padrões definidos de comportamento e, deste modo, criando uma incerteza nas lutas políticas que se pretendia travar.

Contribuía também o fato de que o espaço político junto às cidades já encontrava-se ocupado pela social democracia, colocando-se a expansão dos seus ideais junto ao campo, sendo exatamente as diferentes concepções quanto ao futuro do campesinato a gerar polêmicas.

Desta maneira, com esta obra Kautsky procurou dar sustentação à sua postura política, na qual o desenvolvimento capitalista não comportava outras classes além da burguesia e do proletariado, opondo-se assim à teoria do trabalho familiar, a qual pressupunha a recriação dos camponeses pelo próprio capitalismo, que ao invés de destruí-los, submetê-los-ia à sua ordem.

Outrossim, "A questão agrária" possui um valor científico inestimável, pois apesar de passados quase 100 anos de sua publicação, muitas das proposições do autor ainda são atualíssimas. Trata-se de uma obra pioneira, que conseguiu avaliar todas as vertentes que envolviam a questão agrária do final do século passado. Como o próprio Kautsky salientou, o conhecimento é socialmente construído, a partir de um acúmulo de experiências, bem como de verdades anteriormente estabelecidas. Desta forma, há que se considerar o enorme peso desta obra e a sua contribuição sobre o conhecimento científico produzido posteriormente em termos de questão agrária.

Mesmo no desfecho das relações sociais, em que a princípio não se realizaram as previsões de Kautsky, é necessário ponderar que a dinâmica da realidade escapa aos olhos mais perspicazes, e a negação de alguns de seus pressupostos hoje, somente são possíveis por já terem constituído-se, um dia, nos limites de seu contexto, uma indiscutível verdade.

Por sua vez, Chayanov, com esta obra, mergulhou na compreensão dos mecanismos internos de equilíbrio das unidades de exploração familiares, não havendo o propósito de uma formulação teórica aplicável ao funcionamento geral da economia.

As maiores críticas vieram dos autores ligados à corrente da diferenciação camponesa e industrialização da agricultura, para os quais o capitalismo estava

prestes a suprimir o campesinato da história. Para estes teóricos, esta obra de Chayanov era obsoleta, por dedicar-se a uma classe social em vias de desaparecimento, além de estar politicamente vinculada à defesa de interesses burgueses, na medida em que idealizava uma forma de organização social reacionária, contrária aos interesses da revolução socialista.

À estas críticas, Chayanov respondeu com uma teoria que ultrapassa a análise econômica dos fenômenos. A sua proposta de estudo, privilegiando a essência da economia camponesa, trouxe o incremento de variáveis ainda não identificadas, e que segundo ele próprio, continha os elementos necessários para que se pudesse fazer amarrações com a dinâmica dos processos mais gerais da economia. Portanto, esta obra não coloca-se como uma teoria geral, que pudesse explicar a mobilidade e dinâmica da sociedade a partir da lógica camponesa, e sim analisa internamente este modo de produzir, admitindo a sua coexistência com o modo de produção capitalista.

Concordava que o desenvolvimento do capitalismo provocava o desaparecimento de outras formas econômicas, admitindo inclusive que era quase certo o desaparecimento do campesinato, porém não com a rapidez, intensidade e ritmo, e tampouco pelo agente propalado por outras correntes teóricas. No entanto, salientava que o campesinato era uma formação social histórica, que atravessara diversas formas econômicas, desde a economia natural até o capitalismo, adaptando-se a cada uma delas a partir de um rearranjo interno.

Neste sentido, entendia que a inserção ao mercado não era necessariamente sinônimo de destruição, mesmo porque o capitalismo preservava diferentes formas de produção, e atuava no sentido não de expropriar e proletarizar, mas sobretudo de apropriar-se dos resultados do trabalho.

Questões como estas nos mostram que Chayanov, nesta obra, realizou o que podemos chamar de inventário da composição interna e organização camponesa, explicitando o peso desta classe nos rumos mais gerais da economia e da sociedade. Pela riqueza com que Chayanov trabalhou a questão camponesa, esta obra também é um legado histórico, de valor científico inestimável, cujo conhecimento se torna obrigatório à todos os que se dedicam ao estudo da questão agrária.

Referências Bibliográficas

- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Tradução de C. Iperóig, 3a. Ed. São Paulo: Proposta, 1980.

- PAULINO, Eliane T. *O limite das cercas: desdobramento da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. Dissertação de Mestrado.